

A continuidade do processo de renegociação

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

A nova equipe da área financeira do governo tem como objetivo primordial dar andamento, o mais rápido possível, ao processo de negociações em torno da dívida externa do País. Uma definição sobre o posicionamento quanto à forma de encaminhar as discussões depende, no entanto, da indicação de nomes para postos-chaves que estão diretamente ligados à questão do acerto externo.

Não se sabe, por exemplo, quem vai substituir o embaixador Alvaro Alencar na Secretaria para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Este é um posto importante: além de ter a atribuição de acompanhar as negociações da dívida contraída com governos credores e também os entendimentos com os organismos financeiros multinacionais, como o BIRD e o FMI, é também prerrogativa da função prestar atendimento à recém-criada comissão de assessoramento presidencial para a negociação da dívida externa. O secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda é o secretário executivo da comissão.

ESPAÇO A SER PREENCHIDO

"Ainda não discutimos o caminho a seguir mas existe todo um espaço a ser preenchido no que diz respeito ao acerto externo", atestou ontem a este jornal uma conceituada fonte do governo. Em linhas gerais, a idéia é manter como proposta básica a reestruturação da dívida externa em termos plurianuais, jogando para frente o pagamento das amortizações cujo peso maior recai justamente no período que vai de 1987 a 1991. A redução dos custos da dívida — e neste aspecto fica mantida a intenção de transportar para a "Libor" (taxa praticada no interbancário de Londres) os juros da dívida que ainda estão referenciados à "prime-rate" (taxa para clientes preferenciais praticada nos Estados Unidos) — e a introdução de mecanismos que flexibilizem a conversão da dívida externa em investimentos dentro do País são também aspectos que continuam a merecer relevância da parte do governo brasileiro.

A mudança de postura com relação à questão do acerto externo coloca-se, portanto, mais a nível político do que propriamente técnico. Os canais de negociação precisam ser desobstruídos, na opinião daquela fonte governamental, e dois são os fatos apontados que podem contribuir para facilitar os entendimentos daqui para a frente. Um deles envolve as negociações em curso com o BIRD em torno de novos empréstimos, para o ano fiscal que começa em julho próximo, e que podem alcançar até US\$ 2,5 bilhões.

A despeito da mudança de ministro existe todo um calendário, já definido anteriormente, que precisa ser seguido. O ministro Bresser Pereira assumiu a Pasta da Fazenda justamente na semana em que se encontravam no País duas missões técnicas importantes: uma do BIRD e outra do FMI.

O coordenador da missão do FMI, Thomas Reichmann — chefe da Divisão do Atlântico Sul daquele organismo — chegou ao Brasil no último fim de semana, mas deverá ficar no Rio de Janeiro até a semana que vem. Esta missão de consulta do FMI — composta por seis membros — tem a tarefa de levantar as principais informações sobre o desempenho da economia no ano passado, com projeções para este ano, de modo a confeccionar um relatório que servirá de base para a retomada do processo de negociação da dívida de governo, no âmbito do Clube de Paris.

Este foi o compromisso assumido pelo governo brasileiro para garantir a rolagem, por seis anos, dos US\$ 500 milhões das amortizações que vencem neste primeiro semestre do ano. A reestruturação do pagamento estará garantida caso o relatório seja favorável ao Brasil e o FMI deve comunicar ao Clube de Paris sua avaliação — feita com base no artigo 4º do estatuto do Fundo — até 31 de julho.

Enquanto isso, continuam em curso as negociações bilaterais com os governos credores dentro do acerto geral firmado com o Clube de Paris em janeiro último, envolvendo, no total, US\$ 4,1 bilhões. Ontem mesmo, foi negociada a dívida de US\$ 1,2 milhão com a Noruega, com a assinatura do contrato prevista para hoje. Com o Canadá, apenas os juros estão em discussão, além de uma taxa de administração que o Brasil não quer pagar.